

Transgênicos

A mudança de votos na CTNBio é positiva

EM 05 de janeiro de 1995 foi promulgada a Lei nº 8.974, conhecida como Lei de Biossegurança e criada a Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio), ligada ao Ministério da Ciência e Tecnologia. Nesses 11 anos de trabalho, foram liberados três tipos de pedidos de produto geneticamente modificado: soja resistente a um tipo de herbicida e de milho e algodão resistentes a insetos.

A discórdia sobre organismos transgênicos é uma queda de braço que vem desde 1968, com liminar concedida a favor do Instituto de Defesa do Consumidor (Idec) e o Greenpeace, com a proibição do plantio e comercialização da soja Round Ready. Sem solução jurídica, o governo passa a interceder com medidas provisórias no plantio e na comercialização das soja com organismos geneticamente modificados.

Brasil: Cronologia recente do OGM

- **Outubro de 2003:** presidente Lula encaminha Projeto de Lei da Biossegurança para aprovação do Congresso;
- **Outubro de 2004:** Senado aprova Projeto de Lei da Biossegurança;
- **Fevereiro de 2005:** Congresso aprova Projeto de Lei de Biossegurança;
- **Novembro de 2005:** Regulamentação da Lei de Biossegurança.

Após a regulamentação da Lei de Biossegurança, em novembro de 2005, ao contrário das expectativas da agricultura moderna, a CTNBio não aprovou nenhum pedido de uso comercial de transgênicos. Em novembro último, a autorização para uma vacina contra a doença de Aujeszky,

que ataca suínos, foi negada, apesar de 17 votos favoráveis e apenas 4 contrários. E a última reunião deliberativa do Comitê, programada para o começo de dezembro, foi cancelada por falta de quórum.

Em 2006, a CTNBio aprovou 420 processos solicitatórios, dos quais 125 são liberações planejadas para o meio ambiente. Não foram aceitos 19 processos. Outros nove estão na fila de análise.

Diante do desgaste em torno de aplicação da Lei de Biossegurança no País, em 20 de dezembro último, a Câmara dos Deputados, com 247 votos a favor e 103 contra, aprovou a Medida Provisória nº 327, que:

- Muda as regras para cultivos de transgênicos em escala comercial no Brasil, com redução do número de votos na CTNBio de 18 para 14. Bastará a maioria absoluta, 50% dos votos mais um [27];
- Autoriza a venda do algodão transgênico plantado clandestinamente em 150 mil hectares.

A Medida Provisória também estabelece as condições para o cultivo de transgênicos nas zonas de amortecimento [*faixas de 500 metros entre as plantações e as áreas ambientalmente protegidas*] de unidades de conservação, em áreas de proteção de mananciais de água utilizável para o abastecimento público e nas áreas declaradas como prioritárias para a conservação da biodiversidade.

O Senado ainda apreciará o projeto e depois ele irá à sanção presidencial.. Se confirmar a decisão da Câmara, a política brasileira para transgênicos poderá ter um caráter mais científico e menos ideológico ou religioso. O País certamente ganhará com isso. Aguardam votação na

comissão dez pedidos de autorização de uso comercial de sementes de milho, algodão e arroz.

A mudança do quórum tenta evitar o engessamento da comissão e a proliferação do contrabando de sementes transgênicas. A legalização do algodão clandestino repete um procedimento já adotado, em caráter provisório, nas lavouras de soja. Uma aceitação da ilegalidade consumada, diante da realidade de acesso as sementes, controles precários na fiscalização e falta de decisões oficiais. Um passo para montar uma política para transgênicos no País.

A redução do número mínimo de votos necessários na CTNBio para liberar a comercialização de transgênicos só deve ter impacto na safra 2007/08. O tempo é escasso para empresas planejarem uma eventual demanda por sementes geneticamente modificadas, em especial de algodão e milho. Só agora as empresas sementeiras poderão multiplicar as sementes transgênicas.

O perigo é que, no algodão, se repita o mesmo fato sucedido com a soja há cerca de três anos, quando foi liberado, por meio de medida provisória, o plantio de sementes “piratas”. À época, o plantio de soja transgênica estava disseminado, em especial no Rio Grande do Sul, antes até de a liberação ser oficializada. O cenário atual é bem próximo. O próximo caso será com o milho transgênico.

Em todo mundo, existem segmentos de mercados para produtos transgênicos e convencionais. Metade da área de soja no Brasil é plantada com sementes portadoras de organismos geneticamente modificados, produzidas em escala comercial pela indústria sementeira nacional.

As políticas oficiais dão flexibilidade para não fechar o mercado de transgênicos e evitar a perda de fatias importantes de mercados consumidores. O Brasil deve trabalhar tanto com os alimentos e fibras tradicionais quanto os modificados, ser competitivo nas duas opções. A CTNBio deve cumprir a função de avaliar os riscos das inovações tecnológicas com base nos melhores critérios científicos disponíveis. ■